



FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR
ARTIGO 75, INCISO II, LEI 14133/21

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA -- UASG: 929899
ENDEREÇO: Rua Mata Atlântica, nº 447, Bosque de Barão, Campinas-SP, CEP: 13082-755
CNPJ: 52.350.980/0001-56
E-MAIL: compras.daf@fjposantagenebra.sp.gov.br
TELEFONE: (19) 3749-7207

CONTRATADO: Luciana de Oliveira Ruberto

CNPJ: 49.178.892/0001-04

OF / Autorização de Compra Nº: 43/2023

DISPENSA ELETRÔNICA: 43-2

MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: Dispensa de Licitação

AMPARO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

DATA DE DIVULGAÇÃO NO PNCP: 28/06/2023

ID CONTRATAÇÃO PNCP: 46379400000150-1-001278/2023

PROTOCOLO SEI: FJPO.2023.00000171-51

FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA

DO OBJETO E DO PRAZO CONTRATUAL

Aquisição de material EPI., nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I deste contrato.

O contrato terá vigência pelo prazo de, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

O fornecimento do produto, objeto desta contratação, deverá ser executado em absoluta concordância com o exposto no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

DO VALOR

As partes atribuem a este **Contrato**, para efeito de direito, o valor total de: **R\$. 2.388,00**(dois mil trezentos e oitenta e oito reais), referente ao item 16.

Está incluído no valor todos os custos operacionais e os tributos que eventualmente incidam, bem como as demais despesas diretas e indiretas, não cabendo à **CONTRATANTE** nenhum custo adicional.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** procederá ao pagamento 30 (trinta) dias após o aceite da nota fiscal/fatura.

A empresa deverá emitir Nota Fiscal/Fatura expressa em Reais.

Da Fatura / Nota Fiscal deve necessariamente constar:

a) Fundação José Pedro de Oliveira

Rua Mata Atlântica, nº 447, Bosque de Barão, Campinas-SP, CEP: 13082-755.

CNPJ: 52.350.980/0001-56

b) Indicação do material, quantidade, valores unitários e totais;

c) Protocolo nº FJPO.2023.00000171-51;

d) Contrato nº 43/2023.

A Nota Fiscal não poderá ser negociada ou dada em garantia a terceiros.

A FJPO terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para aprovar ou rejeitar a Nota Fiscal/Fatura apresentada.

A fatura não aprovada pela FJPO será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de devolução para a sua reapresentação.

A fatura aprovada será paga no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do aceite da Nota Fiscal/Fatura pela FJPO.

Como liberalidade, a FJPO poderá efetuar crédito em conta corrente bancária da empresa CONTRATADA, desde que esta assumam eventuais custos decorrentes desse crédito.

Caso se aplique, será retido do pagamento à CONTRATADA, a alíquota do ISSQN da Prefeitura Municipal de Campinas correspondente à atividade da empresa, em atendimento à Lei Municipal nº 12.392/05 e alterações.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A CONTRATADA obriga-se a:

Comunicar **IMEDIATAMENTE** à CONTRATANTE, por escrito, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se

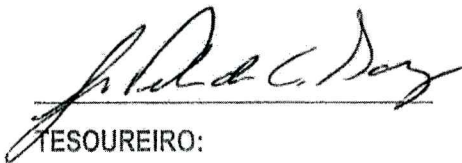
Campinas, 07 AGO 2023



CONTRATANTE:

Aparecido Souza Santos

Presidente da Fundação José Pedro de Oliveira



TESOUREIRO:

Jose Pedro de Oliveira Souza

Luciana de Oliveira Ruberto

CONTRATADA:

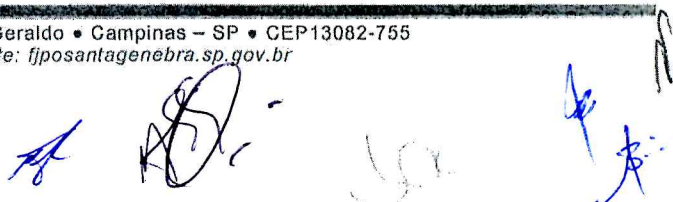
Luciana de Oliveira Ruberto

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de EPIs a serem utilizadas nas atividades operacionais, como de plantios, desenvolvidas pela Fundação José Pedro de Oliveira, conforme abaixo descrito:

Quantidade	Descrição do item:	ID
2 pares	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; tamanho: 37; modelo: unissex; sem fechamento; cano longo: medindo 32 cm (tolerância de +/- 2 cm); atendendo exigência de segurança conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada.	482548
1 pares	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; tamanho: 38; modelo: unissex; sem fechamento; cano longo: medindo 32cm (tolerância de +/- 2 cm); atendendo exigência de segurança conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada.	482548
1 pares	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; tamanho: 39; modelo: unissex; sem fechamento; cano: medindo 32cm (tolerância de +/- 2 cm); atendendo exigência de segurança conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada.	482548
10 pares	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; tamanho: 40; modelo: unissex; sem fechamento; cano: medindo 32cm (tolerância de +/- 2 cm); atendendo exigência de segurança conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada.	482548
10 pares	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; tamanho: 41; modelo: unissex; sem fechamento; cano: medindo 32cm (tolerância de +/- 2 cm); atendendo exigência de segurança conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada.	482548
10 pares	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; tamanho: 42; modelo: unissex; sem fechamento; cano: medindo 32cm (tolerância de +/- 2 cm); atendendo exigência de segurança conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada.	482548
3 pares	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; tamanho: 43; modelo: unissex; sem fechamento; cano: medindo 32cm (tolerância de +/- 2 cm); atendendo exigência de segurança conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada.	482548
2 pares	Bota com cano longo em couro e solado anti-chamas preto; N 38 - Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Liso Hidrofugado C/protecao de Borracha Na Regiao Da Gaspea; Tamanho 38; Cor Preta; Modelo Unissex; Fechamento Com Ziper e Protetor Um Couro No Velcro Na Lateral Interna; Cano Longo Em Poliester Espumado Acolchoado Revestido Em Napa e Elastico de Ajuste Panturrilha; Solado Em Borracha Antiderrapante Resistente a Oleo	232928



	Combustível e Alta Temperatura 300°C Blaueado; Solado Colado; Palmilha de Montagem Em Eva Alta Resiliencia,c/espuma e Tecido Poliester,anti Perfurante e Furos P/absorcao Suor; Palmilha Higienica Em Eva; Biqueira Em Polipropileno Resistente a Impactos; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr 20345 e 20347;	
2 pares	Bota com cano longo em couro e solado anti-chamas preto; N 39 - Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Liso Hidrofugado C/protecao de Borracha Na Regiao Da Gaspea; Tamanho 39; Cor Preta; Modelo Unissex; Fechamento Com Ziper e Protetor Um Couro No Velcro Na Lateral Interna; Cano Longo Em Poliester Espumado Acolchoado Revestido Em Napa e Elastico de Ajuste Panturrilha; Solado Em Borracha Antiderrapante Resistente a Oleo Combustivel e Alta Temperatura 300°C Blaueado; Solado Colado; Palmilha de Montagem Em Eva Alta Resiliencia,c/espuma e Tecido Poliester,anti Perfurante e Furos P/absorcao Suor; Palmilha Higienica Em Eva; Biqueira Em Polipropileno Resistente a Impactos; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr 20345 e 20347;	232928
2 pares	Bota com cano longo em couro e solado anti-chamas preto; N 40 - Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Liso Hidrofugado C/protecao de Borracha Na Regiao Da Gaspea; Tamanho 40; Cor Preta; Modelo Unissex; Fechamento Com Ziper e Protetor Um Couro No Velcro Na Lateral Interna; Cano Longo Em Poliester Espumado Acolchoado Revestido Em Napa e Elastico de Ajuste Panturrilha; Solado Em Borracha Antiderrapante Resistente a Oleo Combustivel e Alta Temperatura 300°C Blaueado; Solado Colado; Palmilha de Montagem Em Eva Alta Resiliencia,c/espuma e Tecido Poliester,anti Perfurante e Furos P/absorcao Suor; Palmilha Higienica Em Eva; Biqueira Em Polipropileno Resistente a Impactos; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr 20345 e 20347;	232928
2 pares	Bota com cano longo em couro e solado anti-chamas preto; N 41 - Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Liso Hidrofugado C/protecao de Borracha Na Regiao Da Gaspea; Tamanho 41; Cor Preta; Modelo Unissex; Fechamento Com Ziper e Protetor Um Couro No Velcro Na Lateral Interna; Cano Longo Em Poliester Espumado Acolchoado Revestido Em Napa e Elastico de Ajuste Panturrilha; Solado Em Borracha Antiderrapante Resistente a Oleo Combustivel e Alta Temperatura 300°C Blaueado; Solado Colado; Palmilha de Montagem Em Eva Alta Resiliencia,c/espuma e Tecido Poliester,anti Perfurante e Furos P/absorcao Suor; Palmilha Higienica Em Eva; Biqueira Em Polipropileno Resistente a Impactos; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr 20345 e 20347;	232928
2 pares	Bota com cano longo em couro e solado anti-chamas preto; N 42 - Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Liso Hidrofugado C/protecao de Borracha Na Regiao Da Gaspea; Tamanho 42; Cor Preta; Modelo Unissex; Fechamento Com Ziper e Protetor Um Couro No Velcro Na Lateral Interna; Cano Longo Em Poliester Espumado Acolchoado Revestido Em Napa e Elastico de Ajuste Panturrilha; Solado Em Borracha Antiderrapante Resistente a Oleo Combustivel e Alta Temperatura 300°C Blaueado; Solado Colado; Palmilha de Montagem Em Eva Alta Resiliencia,c/espuma e Tecido Poliester,anti Perfurante e Furos P/absorcao Suor; Palmilha Higienica Em Eva; Biqueira Em Polipropileno Resistente a Impactos; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr 20345 e 20347;	232928
1 pares	Bota com cano longo em couro e solado anti-chamas preto N 43 - Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Liso Hidrofugado C/protecao de Borracha Na Regiao Da Gaspea; Tamanho 43; Cor Preta; Modelo Unissex; Fechamento Com Ziper e Protetor Um Couro No Velcro Na Lateral Interna; Cano Longo Em Poliester Espumado Acolchoado Revestido Em Napa e Elastico de Ajuste Panturrilha; Solado Em Borracha Antiderrapante Resistente a Oleo	232928

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA

	Combustível e Alta Temperatura 300°C Blaueado; Solado Colado; Palmilha de Montagem Em Eva Alta Resiliencia,c/espuma e Tecido Poliester,anti Perfurante e Furos P/absorcao Suor; Palmilha Higienica Em Eva; Biqueira Em Polipropileno Resistente a Impactos; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr 20345 e 20347;	
1 pares	Bota com cano longo em couro e solado anti-chamas preto; N 44 - Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Liso Hidrofugado C/protecao de Borracha Na Regiao Da Gaspea; Tamanho 44; Cor Preta; Modelo Unisex; Fechamento Com Ziper e Protetor Um Couro No Velcro Na Lateral Interna; Cano Longo Em Poliester Espumado Acolchoado Revestido Em Napa e Elastico de Ajuste Panturrilha; Solado Em Borracha Antiderrapante Resistente a Oleo Combustível e Alta Temperatura 300°C Blaueado; Solado Colado; Palmilha de Montagem Em Eva Alta Resiliencia,c/espuma e Tecido Poliester,anti Perfurante e Furos P/absorcao Suor; Palmilha Higienica Em Eva; Biqueira Em Polipropileno Resistente a Impactos; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr 20345 e 20347;	232928
200 pares	Pares de luvas com pigmento de borracha , com as seguintes características: Luva tricotada em malha de algodão; Revestimento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos; Tamanho único; Punhos com elástico; Com CA. Tamanho G.	232928
100 pares	Luva de Vaqueta . Tamanho ÚNICO - Especificações técnicas: Indicada para proteção das mãos do trabalhador contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes, perfurantes e animais peçonhentos provenientes de atividades florestais. Muito utilizada por madeireiros, motosserristas, roçadores, montadores, jardineiros, agricultores, colheita de frutos, dentre outros, é confeccionada em tecido espumado no dorso e punho com fechamento em velcro, constituído com propriedades de absorção de suor e transpirabilidade para maior conforto térmico. Reforço em vaqueta nas falanges distais. Palmas constituídas em couro vaqueta 10/12 linhas de alta resistência contra abrasão e escoriantes e excelente maleabilidade.	160741
20 unidades	Cantil plástico de 900 ml , feito de plástico e com capa térmica de algodão, com passante para o cinto, e tampa com alça plástica para evitar a sua perda.	221984

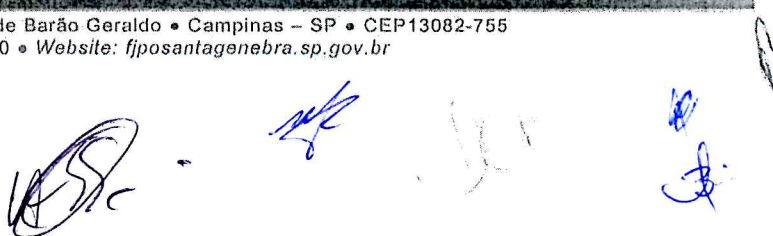
1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de três (3) meses contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos Equipamentos Individuais de Segurança (EPIs) são importantes devido a necessidade de garantir a segurança dos funcionários em atividades de campo, conforme a legislação vigente, em atividades de preservação e



manejo da Mata de Santa Genebra, como o plantio de mudas, poda de árvores, manutenção de trilhas, manutenção dos jardins, brigada de incêndio.

2.2. O EPI é todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção contra risco capaz de ameaçar a sua segurança e a saúde.

2.3. O cantil plástico será utilizado pela equipe da Brigada de Incêndios da FJPO, sendo importante cada brigadista ter disponível água potável no momento do combate, a fim de, prevenir desidratação da equipe da brigada.

2.4. Atualmente, não há produtos suficientes para os colaboradores, sendo fundamental sua compra no ano de 2023.

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual / Lei orçamentaria Anual do ano de 2023, na Ação Manejo e Proteção da ARIE Mata de Santa Genebra.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Além da aquisição dos EPIs, com finalidade de proporcionar a segurança dos colaboradores da FJPO, também é necessário a aquisição regular de ferramentas para serem utilizadas, como o processo de solicitação de compras em andamento FJPO.2023.00000216-98. Atualmente a FJPO possui diversas ferramentas que estão em condição de uso, que para manuseá-las necessitam o correto uso de EPIs, dentre eles, os descrito neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. A aquisição dos EPIs deve priorizar empresas que seguem boas práticas ambientais, que respeitem a legislação ambiental brasileira e que utilizem matéria prima de forma mais sustentável.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Não se aplica.

Da exigência de amostra

Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

Não se aplica.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega e Substituição

5.1. As botas de segurança deverão ser em PVC, impermeável para ser utilizada em áreas brejosas e com cano alto para proteção da água e animais peçonhentos. A numeração varia conforme a necessidade dos colaboradores da Fundação José Pedro de Oliveira.

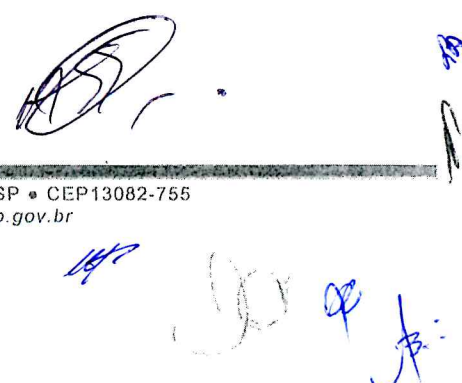
5.2. As botas com cano longo em couro e solado anti-chamas devem ser adequadas para a proteção dos brigadistas no combate a incêndios florestais. Garantindo maior segurança dos colaboradores.

5.3. As luvas com pigmento de borracha deverá ser adequada para o manuseio de ferramentas de campo, como roçadeira, motoposa, facão, etc.

5.4. As luvas de vaqueta deverão garantir a proteção do colaboração contra agentes abrasivos, e cortantes.

5.5. A CONTRATADA deverá entregar os materiais na sede da FJPO, frete deverá estar incluso no preço, situada na rua Mata Atlântica, 447, Bosque de Barão Geraldo, Campinas/SP, no horário comercial de segunda-feira a sexta-feira das 9h às 17h.

Garantia, manutenção e assistência técnica



- 5.6. Todos os EPIs deverão ter Certificado de Aprovação (CA) com validade mínima de 2 anos.
- 5.7. A empresa fornecedora deverá comunicar à FJPO, por escrito e tão logo constatado problema e impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências a cabíveis.
- 5.8. A empresa CONTRATADA deverá entregar o objeto sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas.
- 5.9. Os produtos deverão estar em conformidade com as especificações e condições descritas neste termo de referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.6. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º;
- 6.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.8. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

- 6.10. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.12. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 6.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.17. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. O recebimento definitivo ocorrerá a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.6. O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após o aceite da Nota Fiscal/Fatura

7.7. A Fundação José Pedro de Oliveira se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com os termos dessa contratação.

7.8. Após a prestação dos serviços ou mensalmente, a empresa deverá emitir Nota Fiscal/Fatura expressa em Reais.

7.9. Da Fatura / Nota Fiscal deve necessariamente constar:

a) Fundação José Pedro de Oliveira

Rua Mata Atlântica, nº 447, Bosque de Barão, Campinas-SP, CEP: 13082-755.

CNPJ: 52.350.980/0001-56

b) Indicação do material, quantidade, valores unitários e totais

c) Protocolo nº FJPO.2023.00000171-51

d) Contrato nº 43-2/2023

7.10. A Nota Fiscal não poderá ser negociada ou dada em garantia a terceiros.

7.11. A FJPO terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para aprovar ou rejeitar a Nota Fiscal/Fatura apresentada.

7.12. A(s) fatura(s) aprovada(s) será(ão) paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do aceite da Nota Fiscal/Fatura pela FJPO.

7.13. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tiver sido imposta em decorrência de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.14. Como liberalidade, a FJPO poderá efetuar crédito em conta corrente bancária da empresa CONTRATADA, desde que esta assuma eventuais custos decorrentes desse crédito.

7.15. Caso se aplique, será retido do pagamento à CONTRATADA, a alíquota do ISSQN da Prefeitura Municipal de Campinas correspondente à atividade da empresa, em atendimento à Lei Municipal nº 12.392/05 e alterações.

7.16. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.17. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade que melhor se adequar a compra do objeto.



Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

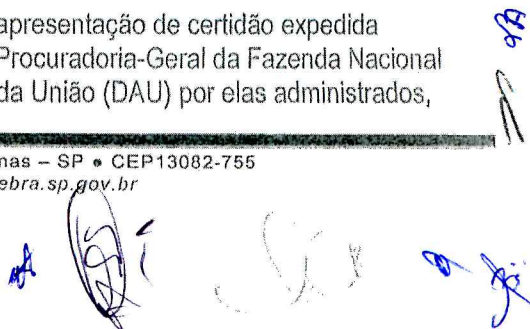
8.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados,



inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual* ou *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual* ou *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estaduais* ou *Municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.21. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital



mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente]. [MM1]

8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.24. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

Qualificação Técnica

Não se aplica.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 13.000,00. (treze mil reais), conforme custos unitários apostos no Documento SEI N°8358699.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10. 1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta da dotação orçamentária seguinte:

Unidade Orçamentária: 61401-Fundação José Pedro de Oliveira

Programa: Fortalecimento da Fundação José Pedro de Oliveira

Ação: Manejo e Proteção – Conservação da ARIE Mata de Santa Genebra

Elemento econômico: Material de consumo 339030

Lais Santos de Assis: lais.assis@fjposantagenebra.sp.gov.br

ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA

(Instrução Normativa nº 01/2020 Resolução nº 11/2021 do TCE/SP)

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA

CONTRATADA: Luciana de Oliveira Ruberto

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº: 43/2/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de EPIs a serem utilizadas nas atividades operacionais, como de plantios, desenvolvidas pela Fundação José Pedro de Oliveira

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

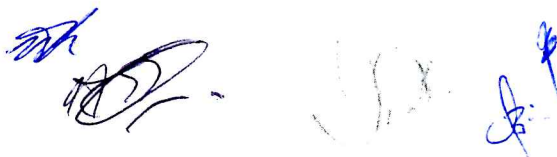
1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Campinas, 07 AGO. 2023



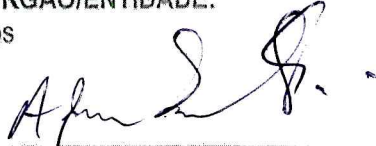
AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Aparecido Souza Santos

Cargo: Presidente

CPF: 622.356.489-91

Assinatura: _____



RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: NIHIL

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Aparecido Souza Santos

Cargo: Presidente

CPF: 622.356.489-91

Assinatura: _____



Nome: José Pedro de Oliveira Souza

Cargo: Tesoureiro

CPF: 941.899.438-00

Assinatura: _____



PELA CONTRATADA:

Nome: Luciana de Oliveira Ruberto

Cargo: Administradora

CPF: 043 822 846 -90

Assinatura: Luciana de Oliveira Ruberto

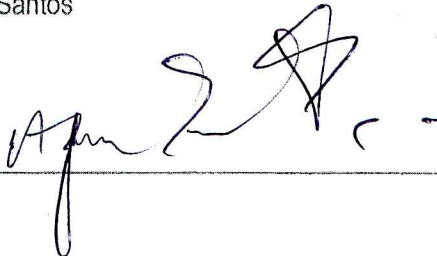
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Aparecido Souza Santos

Cargo: Presidente

CPF: 622.356.489-91

Assinatura: _____




GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Laís Santos Assis

Cargo: Bióloga

CPF: 345.617.688-07

Assinatura: 

FISCAL DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Sabrina Kelly Batista Martins

Cargo: Diretora

CPF: 324.043.008-81

Assinado na Original

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Nome: Marcelo Bernardino Polieri

Cargo: Diretor

CPF: 137.621.478-41

Assinatura: _____

Nome: Sabrina Kelly Batista Martins

Cargo: Diretora

CPF: 324.043.008-81

Assinado na Original

Assinatura: _____

Nome: Cristina Mayumi Arai

Cargo: Contadora

CPF: 143.480.118-77

Assinado na Original


Assinatura: _____

Nome: João Batista Meira

Cargo: Diretor

CPF: 778.086.658-00

Assinatura: _____

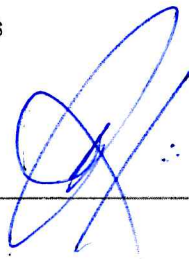


Nome: Carlos Roberto Berlamino dos Santos

Cargo: Assessor Executivo

CPF: 150.331.708-05

Assinatura: _____



Nome: André Juliano Zacardi

Cargo: Agente Administrativo

CPF: 154.957.348-90

Assinatura: _____

Assinado na Original

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)

